

A RELAÇÃO ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA ANÁLISE DAS AÇÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO ESTADO DO TOCANTINS A PARTIR DOS ANOS 1990

THE STATE RELATIONSHIP AND PUBLIC POLICIES: AN ANALYSIS OF THE ACTIONS OF PUBLIC EDUCATIONAL POLICIES IN THE STATE OF TOCANTINS FROM THE YEARS 1990

Willany Palhares Palhares Leal 1

Resumo: O objetivo desse artigo é discutir como o estado no âmbito da reforma, atua na nova configuração das políticas públicas de educação no Brasil a partir dos anos de 1990, bem como analisar as políticas públicas de formação de professores a distância implementadas pelo estado do Tocantins. Para tanto, buscou-se apresentar uma abordagem de natureza qualitativa com os procedimentos teórico-metodológicos que envolvem as relações entre estado e políticas públicas por meio de uma pesquisa bibliográfica e em fontes documentais. Os resultados do estudo apontaram que, nas novas formas de atuação do estado na configuração das políticas públicas educacionais no Brasil e no Estado do Tocantins, as ações de formação de professores a distância estavam fortemente marcadas pelas indicações dos organismos multilaterais em interface com o Estado neoliberal.
Palavras-chave: Reforma do Estado; políticas públicas educacionais; formação de professores.

Abstract: The objective of this article is to discuss how the state in the scope of the reform, it acts in the new configuration of public policies of education in Brazil from the years of 1990, as well as to analyze the public policies of training of distance teachers implemented by the state of Tocantins. To do so, we sought to present an approach of a qualitative nature with the theoretical-methodological procedures that involve the relations between state and public policies through a bibliographical research and documentary sources. The results of the study pointed out that in the new forms of state action in the configuration of public educational policies in Brazil and in the State of Tocantins, actions of teacher training at a distance were strongly marked by the indications of multilateral organizations in interface with the neoliberal State.
Key words: State reform; educational public policies; teacher training.

Introdução

O projeto de reestruturação do Estado brasileiro também se situa no espaço da chamada sociedade tecnológica, a qual impõe e define a centralidade das tecnologias nos processos produtivos e educacionais, uma vez que a educação passa a ter uma função de provedora de conhecimentos dessa sociedade. Tal lógica implica buscar meios para suprir essas necessidades e superar o velho modelo de educação, daí surgiu como alternativa as políticas públicas de educação a distância.

O objetivo desse artigo é discutir como o Estado no âmbito da reforma, atua na nova configuração das políticas públicas de educação no Brasil a partir dos anos de 1990, bem como analisar as políticas públicas de formação de professores a distância implementadas pelo Estado do Tocantins.

Trata-se de uma abordagem de natureza qualitativa e realizada por meio de informações bibliográficas e fontes documentais. A partir das análises bibliográficas e interpretação das informações documentais, foram construídos os conhecimentos sobre o objeto de estudo da pesquisa: as relações estado e políticas públicas, a partir dos anos 1990 no Brasil e Estado do Tocantins, com destaque para as Políticas Públicas de formação de professores a distância sobre a influência do estado neoliberal.

Para tanto, este trabalho foi dividido em três partes. Assim, na primeira foram analisadas as Políticas Públicas: reflexões e definições; na segunda a reforma do Estado e o neoliberalismo; na terceira parte foi abordada a discussão sobre as Políticas Públicas de formação de professores no Estado do Tocantins no contexto do liberalismo a partir dos anos 90.

Os elementos centrais que compõem o texto são: a reforma do Estado neoliberal, Políticas Públicas e suas relações com as ações de formação de professores a distância.

Políticas Públicas: reflexões e definições

Ao analisar o papel do Estado neoliberal a partir dos anos 90, na elaboração das Políticas Públicas de formação de professores em educação a distância, nos reportamos às relações entre estado e Políticas Públicas.

A análise dessas Políticas Públicas exige compreensão dos atuais marcos de reestruturação produtiva do capital num cenário constitutivo e constituinte das relações sociais mais amplas.

Neste cenário o desenvolvimento de uma sociedade resulta de decisões formuladas e implementadas pelos governos dos Estados, dos municípios e do país, em conjunto com as demais forças imperiosas da sociedade, principalmente as forças de mercado. Em seu conjunto, essas decisões e ações de governos, bem como de outros atores sociais constituem a expressão políticas públicas (HEIDEMNN, 2010).

Neste contexto, o conceito de Política Pública de Höfling é entendida como o “Estado em ação”, ou seja, são compreendidas como “responsabilidade do Estado quanto à implementação e à manutenção a partir de um processo de tomada de decisões que envolvem órgãos públicos, diferentes organismos e agentes da sociedade” (Höfling, 2001, p. 31).

Na compreensão de Höfling (2001), o Estado é um conjunto de instituições permanentes que possibilitam a ação do governo. Assim, é papel de um governo representar programas e projetos de parte da sociedade (políticos, técnicos, organismos da sociedade civil e outros) e propor orientação sobre Políticas Públicas. O processo de definição de Políticas Públicas para uma sociedade reflete os conflitos de interesses, os arranjos feitos nas esferas de poder que perpassam as instituições do Estado e da sociedade. A Política Pública também é como um campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e analisar essa ação e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou no curso dessas ações (SOUSA, 2006).

Para compreender o sentido das Políticas Públicas, na concepção de Shiroma, Moraes e Evangelista (2000) é necessário transcender sua esfera específica e entender o significado do projeto social do Estado e as contradições gerais em questão. Ao buscar suporte em Pereira (2008, p. 48), percebe-se “[...] as políticas públicas decorrem do embate de poder determinado por leis, normas, métodos e conteúdos que são produzidos pela interação de distintos atores e grupos de pressão que disputam [...]”. Desse modo, Políticas Públicas são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público, regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade,

mediações entre atores da sociedade e do Estado (TEIXEIRA, 2002).

Outra importante dimensão que deve ser considerada, segundo Azevedo (2004), é que as Políticas Públicas são definidas, implementadas, reformuladas ou desativadas com base na memória da sociedade ou do Estado em que têm lugar e que, por isso, guardam estreita relação com as representações sociais que cada sociedade desenvolve sobre si própria.

Assim, as Políticas Públicas são construções informadas por valores simbólicos, normas, ou seja, são representações sociais que integram o universo cultural simbólico de determinada realidade social. Sua construção deve priorizar um conjunto de princípios, objetivos, normas e diretrizes bem definidas.

E ainda na concepção de Azevedo (2004, p. 60), “são, pois, as políticas públicas que dão visibilidade e materialidade ao Estado [...]”. E, como tal, elas se realizam num campo extremamente contraditório em que se entrecruzam interesses e visões de mundo conflitantes e em que os limites entre público e privado são de difícil demarcação.

Tomando a Política Pública educacional como exemplo, não se deve esquecer de que a escola e, sobretudo, a sala de aula são campos onde se dá concretude às definições sobre políticas e o planejamento que as sociedades estabelecem para si próprias como projeto ou modelo educativo que se tenta por em ação (AZEVEDO, 2004).

Heidemnn (2010, p. 31) destaca que “a perspectiva de políticas públicas vai além da perspectiva de políticas governamentais na medida em que o governo, com sua estrutura administrativa, não é a única instituição a servir a comunidade política, isto é, de promover políticas públicas”. Portanto, nas Políticas Públicas, é fundamental ressaltar que imposições hegemônicas, com ênfase na ação de organismos multilaterais, são fortemente assimiladas. Dourado (2011, p. 54) salienta que

Tais políticas articulam-se a processos mais amplos, [...] sem negligenciar, nesse percurso, a real importância das instituições e da regulação decorrentes de sua função social e de sua organização, cultural [...]. Portanto, é fundamental não perder de vista que o processo educativo e as políticas públicas em educação a distância, como expressão da materialização da ação do Estado/governo, são mediados pelo contexto sociocultural mais amplo, bem como pelas regulamentações, regulações e dinâmicas de financiamento [...].

Com base nessas reflexões, compreende-se que o processo de definição de Políticas Públicas reflete os conflitos de interesses, os arranjos feitos nas esferas de poder que perpassam as instituições do Estado e da sociedade. “Os defensores do ‘Estado Mínimo’, os neoliberais, creditam ao mercado a capacidade de regulação do capital e do trabalho e consideram que as políticas públicas são as principais responsáveis pela crise que perpassa as sociedades” (AZEVEDO, 2004, p. 12).

Como tal, o Estado, na sua dinâmica, estaria intervindo no equilíbrio da ordem, econômica, social e moral da sociedade, na medida em que desrespeita princípios de liberdade e individualidade. Para subsidiar a análise sobre as políticas, Azevedo (2004, p. 12) afirma que “as restrições à liberdade manifestar-se-iam no estímulo, suscitado por aquelas políticas, à formação de monopólios nos mais distintos setores da vida social”. Höfling (2001, p. 38) argumenta que,

Nestes termos, coerentes com a defesa e referência essencial aos princípios da liberdade de escolha individual [...], os neoliberais postulam para as políticas públicas educacionais ações do Estado descentralizadas, articuladas com a iniciativa privada, a fim de preservar a possibilidade de cada um se colocar, de acordo com seus próprios méritos e possibilidades, em seu lugar adequado na estrutura social.

Observa-se na citação da autora o sentido das Políticas Públicas educacionais na concepção do Estado Neoliberal a partir dos anos 1990.

A reforma do Estado e o neoliberalismo

A crise de reestruturação do Estado não foi um fenômeno isolado, ela é decorrente de uma série de transformações da base econômica dos diferentes países do chamado Primeiro Mundo, em especial na Europa Ocidental, onde o trânsito do fordismo para o novo regime de acumulação buscou suprir os avanços construídos pelo modelo do Estado de Bem-Estar Social e implantar um Estado Neoliberal. Este movimento gerou um processo de ajuste à nova ordem neoliberal, fazendo com que os países demonstrassem capacidade de competitividade, eficiência e eficácia em seus sistemas de administração.

Nessa percepção, os ajustes fiscais e estruturais a partir dos anos de 1980 e começo dos anos de 1990 ocorreram na América Latina e despertaram a preocupação dos organismos multilaterais, como o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Conforme esses organismos, era preciso reformar as instituições nos países da América Latina, segundo a lógica do processo de acumulação do capital, para que fossem feitos investimentos no crescimento econômico e inserção na nova ordem mundial. No Brasil, conforme Costa (2000, p.51)

as reformas no Estado pressupunham a necessidade de integração do país no sistema econômico mundial, com um novo padrão tecnológico globalizado e novas relações políticas entre os diferentes países, que representavam um desafio para o Estado brasileiro.

Silva acrescenta que

O ideário de crise para fomentar a reestruturação do Estado reforçava-se sobre a reforma do aparelho Estatal no contexto de grandes transformações na base produtiva e na necessidade de inserção do Brasil na globalização do capital mundial. (SILVA JR.; SGUISSARDI, 2000 p. 84)

Segundo Pereira, (BRASIL, 2005) na reforma do Aparelho do Estado¹, embora o ajuste estrutural permaneça entre os principais objetivos, a ênfase deslocou-se para a reforma do aparelho Estado, particularmente para a reforma administrativa. A questão principal era como “reconstruir” um Estado novo para um mundo em pleno processo de globalização. Nessa perspectiva, para Dourado (2002, p. 235)

A crítica ao Estado intervencionista, efetivada pelos partidários do neoliberalismo, e a busca de minimização da atuação do Estado no tocante às políticas sociais, pela redução ou desmonte das políticas de proteção, são prescritas como caminho para a retomada do desenvolvimento econômico por meio da reforma do Estado.

Nesse contexto de exaltação às forças de mercado, fora consenso a afirmativa de que a educação era determinante para competitividade entre os países, pois o novo paradigma produtivo demandava requisitos básicos diferenciados para a educação geral e para a qualificação profissional dos trabalhadores. Segundo Shiroma et al. (2000, p. 56), “[...] para sobreviver à concorrência do mercado, para conseguir ou manter o emprego, para ser cidadão do século XXI, seria preciso dominar os códigos da modernidade”.

Assim no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), as reformas do Estado e da educação superior no Brasil ganharam concretude, e o ajuste fiscal do Estado brasileiro foi associado ao aumento da eficiência da administração pública. E isso se reflete, entre outras mudanças, na redefinição do papel do Estado como promotor e regulador do desenvolvimento socioeconômico-educacional, inclusive com a implantação de políticas públicas de formação de professores,

¹ A reforma do aparelho do Estado, na visão de Bresser Pereira, significa “rever a estrutura do aparelho estatal e do seu pessoal, considerando a existência de práticas patrimonialistas ou clientelistas, o modelo burocrático clássico” (SILVA JR.; SGUISSARDI, 2001, p. 29). O objetivo é tornar seus serviços mais baratos e de melhor qualidade.

marcadas pela interconexão com o Estado neoliberal. Desta forma pensa-se que as reformas nas Políticas Públicas de formação de professores ocorridas no Brasil a partir dos anos de 1990, estão no centro da reforma do Estado, realizada para alinhar o país ao modelo neoliberal.

Na verdade o neoliberalismo ganhou visibilidade, de fato, em 1979 na Europa, foi marcante a sua intervenção para a destruição do Estado de Bem-Estar Social. Segundo Torres (2001), o neoliberalismo ou Estado Neoliberal são termos empregados para designar um novo tipo de Estado. Trata-se de criar um “Estado mínimo”, que apenas estabelece e fiscaliza “as regras do jogo econômico, mas não joga” (IANNI, 1998, p. 28). Tudo isso baseado na suposta solução de que seria o Estado Neoliberal a criar e preservar as estruturas institucionais, defender os direitos das propriedades privadas e o funcionamento dos mercados, porém sem intervir neles.

Neste sentido o conceito de neoliberal dá a ideia de que se trata de “uma *configuração de poder* [...] dentro do capitalismo, na qual o poder e a renda da classe capitalista foram restabelecidos depois de um período de retrocesso [...]” (DUMÉNIL; LÉVY, 2007, p. 2, grifo dos autores). Ianni (1998, p. 28) lembra que, na ótica sociológica, o neoliberalismo

[...] conduz a uma globalização das forças produtivas e das relações de produção, ainda que de maneira desigual, contraditória e combinada. [...] O que está em causa no neoliberalismo é a busca de maior e crescente produtividade, competitividade e lucratividade, tendo em conta não mais apenas os mercados nacionais, mas os mercados regionais e mundiais. [...] cria-se a impressão de que o mundo se transforma no território de uma vasta e complexa fábrica global, ao mesmo tempo que shopping center global e Disneylândia global.

Para além do discurso, a visão que o neoliberalismo passa é de um Estado fraco e de uma sociedade que deixa o livre mercado guiar todos os aspectos de suas formas de interação social. É visto como uma eficiente democracia, mas por outro lado o neoconservadorismo é guiado por uma visão de Estado forte, especialmente em relação às políticas públicas de educação (GENTILLI, 1994).

No Estado Neoliberal, ações e estratégias sociais incidem essencialmente em políticas compensatórias, voltadas para aqueles que, em função de sua “capacidade e escolhas individuais”, podem ou não usufruir do progresso social.

Neste sentido pode-se observar que na reforma do Estado e da educação superior um dos pressupostos básicos era atender as exigências da política neoliberal, adequando as Políticas Públicas educacionais ao processo de reestruturação da esfera produtiva e o reordenamento do papel do Estado. Silva Jr. (2002, p. 206) pontua bem essa questão quando comenta que

As reformas educacionais na América Latina, particularmente no Brasil, são uma intervenção consentida realizada pelas autoridades educacionais nos moldes das agências multilaterais, no contexto da universalização do capitalismo, direcionadas por uma razão instrumental e pela busca de consenso social geral, que se constitui no epicentro de um processo de mercantilização da esfera política, em geral, em particular da esfera educacional – lócus privilegiado para o Estado de formação do ser social, portanto, de construção de um novo pacto social.

De fato destaca-se neste cenário as reformas embasadas nas políticas neoliberais e consubstanciadas como um dos meios de consolidação do projeto neoliberal, que visaram aprimorar os instrumentos de regulação das instituições educativas e propiciar a reestruturação do trabalho docente, sua natureza e sua função. Esses mecanismos de controle sobre as políticas públicas de formação de professores devem ser compreendidos como uma ação estratégica para

o enfrentamento e a efetivação das mudanças pretendidas no campo político, econômico e social. Por isso mesmo Malanchen e Vieira (2006, p. 12) afirmam que

[...] a profusão de medidas legais a partir dos anos de 1990, para normalizar e reformar a educação e a formação docente, demonstra a sintonia da coalizão formada com o projeto neoliberal e a sua determinação de cumprir as determinações dos organismos internacionais, que visa fortalecer um Estado avaliador e regulador e afastá-lo da manutenção da educação pública via participação crescente da iniciativa privada no ensino superior.

E, de acordo com as autoras, no processo das reformas, o governo tem atribuído um valor específico à educação pela resignificação de valores próprios da lógica capitalista, procurando ajustar a educação às demandas do mercado, mediante estratégias que visem a adequar a escola e seus profissionais aos interesses hegemônicos de manutenção das condições de acumulação de capital (NOGUEIRA, 2003).

Nessa perspectiva, o Estado reafirmava a importância da centralidade do papel das políticas de formação dos professores a distância no sentido de se adequarem as atividades inerentes à sua profissão de acordo com os resultados estabelecidos pelos interesses mercantilistas que se supunha permearem o mundo do trabalho pedagógico nas escolas.

Assim a partir dos anos de 1990, no campo educacional, vivenciavam-se, no Brasil, naquele momento, mudanças de paradigma que redirecionaram o panorama da Educação Superior – Políticas Públicas de formação do professor em sintonia com os organismos internacionais.

Documentos constituem bases importantes para as Políticas Públicas nacionais, como a Conferência de Educação para Todos (governo Collor, 1990-1992), que foi o marco, a partir do qual países com maior taxa de analfabetismo foram levados a desencadear ações para justificar e consolidar os princípios acordados na Declaração de Jomtien – Manifesto Mundial sobre os Rumos da Educação para o Século XXI. Além desse Manifesto, pode-se destacar o Plano Decenal de Educação para Todos, fórum consultivo (Itamar Franco 1993-1994), em que as recomendações de Jomtien e de outros fóruns promovidos por organismos multilaterais reforçavam os interesses pelas Políticas Públicas de formação de professores no âmbito do ensino superior, como foi o caso do Cepal que alertava, por meio de um documento econômico em 1990, para as necessidades de se implementarem com urgência mudanças na educação demandadas pela reestruturação na base produtiva (PIMENTEL, 2010).

Nas estratégias de recomendações do Cepal, é possível perceber o nível de subordinação da educação aos organismos multilaterais, basta ver que a busca pela cidadania e pela competitividade era estrategicamente o seu lema nos anos 1990. As recomendações do Cepal foram seguidas por outros organismos, UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura). Nessa ocasião, foi convidado um especialista para compor a comissão internacional e discutir a educação para o século XX, coordenada pelo francês Jacques Delors. Delors produziu um relatório que compreenderia os rumos das políticas educacionais dos países signatários dessa comissão. Segundo Pimentel (2010, p. 269-270), nesse relatório, “aparece o conceito de educação ao longo da vida, recomendando que se explore o potencial das TIC, da profissão [...], e a busca pela educação ao longo da vida é dirigida às políticas de formação permanente na modalidade a distância”.

Nesse contexto em que o mundo passava por essas transformações, a educação passa a ser considerada questão estratégica para a consolidação dos propósitos neoliberais no país e colocasse em prática a partir dos anos 1990, metas que eram vistas como parte de uma medida para adequar o Brasil à nova ordem mundial.

Nessa direção, o governo de FHC, no âmbito das políticas públicas brasileiras, priorizou programas de formação de professores a distância, colocando em prática as diretrizes dos organismos multilaterais para o campo educacional, que defendiam em especial a capacitação em serviço, em detrimento das políticas públicas de formação inicial para os professores. (Barreto, 2003).

Assim a EaD no Brasil configura-se como estratégia de capacitação de professores em serviço

e que necessita de certificação em nível superior. A evolução de sua oferta em curto espaço de tempo demonstra os interesses implícitos da campanha de universalização da educação, cuja demanda necessitaria de profissionais capacitados em tempo recorde, sendo a EaD o meio mais acessível e ágil para essa formação (SOUSA; SILVA JR.; FLORESTA, 2010).

Políticas Públicas de formação de professores no Estado do Tocantins no contexto do liberalismo a partir dos anos 1990

O Estado é uma instituição organizada política, socialmente, portanto é um campo onde os embates são travados entre diferentes segmentos sociais, movidos muitas vezes por interesses diversos.

Neste campo, a reforma do Estado e da educação superior sob a égide do neoliberalismo exerceu influência no estado do Tocantins, associada ao aumento da eficiência da administração pública nos níveis e modalidades educacional, especialmente nas Políticas Públicas de formação de professores implementadas a partir dos anos 1990.

Para tanto neste estudo serão considerados alguns programas e ações inseridos neste contexto, como Políticas Públicas de formação inicial e de formação continuada para professores, a distância, implementados pelo Estado do Tocantins, que julgamos importantes de serem analisadas.

No Estado do Tocantins, nas ações de Políticas Públicas educacionais, a partir dos anos 1990 percebe-se um certo alinhamento dessas políticas com a reforma do Estado e da educação superior.

Desse modo, sobre a gestão de Políticas Públicas educacional formulada pelo Estado nesse período, podemos destacar ações que evidenciam seu vínculo às ideias neoliberais: como a concepção de formação inicial em serviço e a formação continuada de professores, bem como a gestão compartilhada.

A partir de 1996, as Políticas Públicas educacionais do Tocantins começaram ter um desempenho melhor. Com a publicação do primeiro documento, Estatuto do Magistério Tocantinense, respaldado no modelo gerencial, foi implantado no Estado o Programa 'Escola Comunitária de Gestão Compartilhada', que propiciou a descentralização administrativa e financeira nas unidades escolares.

Nesse sentido observa-se que as escolas de gestão compartilhada tinham como objetivo promover a autonomia financeira, administrativa e pedagógica, de acordo com o ideário da reforma gerencial das políticas públicas educacionais do Ministério da Educação. O processo de gestão democrática nas escolas tocantinenses, tornou-se grande centro de experimentos de projetos de apoio ao ensino e à aprendizagem advindos dos grupos da esfera privada ou dos institutos e das associações com representações mistas, como, por exemplo, o Instituto Ayrton Senna. Sabemos que o modelo de gestão gerencial originado da empresa privada, implantada na gestão pública, não têm conseguido superar o modelo de gestão burocrática que existia no interior das escolas (Nascimento, Albuquerque 2012).

Neste mesmo período de implementação da gestão gerencial nas escolas os professores com curso superior que atuavam na educação básica, iniciariam o processo de formação continuada, por meio dos programas como TV Escola, Proinfo e Progestão, sob as égides das competências e das habilidades, das múltiplas inteligências.

O Programa TV Escola, uma complexa rede de ações televisivas, faz parte do conjunto das Políticas Públicas de formação de professores. Lançado em março de 1996, pelo Ministério da Educação (linhas de ação da SEED), sua destinação é oferecer aos professores da educação básica oportunidades de formação continuada na modalidade a distância

No Tocantins a formação continuada de professores em serviço pela TVescola, constitui, sem dúvida, um dos pré-requisitos fundamentais para a introdução de inovações educacionais na rede pública de ensino. Mas, alguns estudos apontam que a educação no estado, por ser marcada fundamentalmente pelo processo tradicional de ensino, baseado quase que totalmente na atuação do professor e na transmissão do conhecimento, por isso mesmo, essa modalidade de ensino provocou fortes resistências dos professores em relação ao novo processo de ensinar e aprender (Draibe e Perez. 1999).

Além disso, há também os problemas operacionais nas escolas, que impedem a plena utilização da TV Escola, Belloni (2002), complementa os baixos índices de uso dos programas para a

formação continuada de professores: ausência de tempo para formação, previsto dentro da jornada de trabalho e inexistência de ações de formação coletiva integradas aos projetos pedagógicos das próprias escolas e patrocinadas e incentivadas pelas autoridades locais e regionais de educação.

Outra ação de Políticas Públicas desenvolvida pelo Estado do Tocantins foi o Programa Nacional de Informática nas Escolas (ProInfo) criado em 1997 pela Portaria nº 522, de 9 de abril de 1997, que tem como objetivo promover o uso pedagógico da informática na rede pública de educação básica.

O programa funcionava de forma descentralizado em núcleos que deviam atuar como “[...] apoio ao processo de informatização das escolas, auxiliando tanto no processo de planejamento e incorporação das novas tecnologias, quanto no suporte técnico e capacitação dos professores e das equipes administrativas das escolas” (BRASIL, 1999, p. 35). Na verdade este programa enfrentou vários problemas como a falta de infraestrutura tecnológica e pouca conectividade das escolas. Pretto (2002, p. 126) reforça essa visão da pouca ênfase à conectividade das escolas, ao afirmar que,

No caso do PROINFO (Programa de Informatização das Escolas Públicas Brasileiras), a situação chega a ser antiética, já que as manifestações dos responsáveis pelo referido Programa sempre foram muito enfáticas, insistindo no não envolvimento das universidades na sua implantação.

Já o Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica Pública (PROGESTÃO) lançado em 2008 como uma proposta inovadora no campo da formação continuada de dirigentes escolares, teve pouca visibilidade e sobrevivência prática nas escolas públicas.

Considerando estas variáveis, é possível perceber que estes programas tenham sido implementados para diminuir os espaços deixados involuntariamente pelas IESs que não conseguiram atender as demandas desordenadas da formação inicial dos professores em função das dificuldades como financiamento, recursos humanos e estrutura física do Estado. Sobre isso Paula ressalta (2016, p.132)

Diante destas ações, podemos constatar o quanto os elementos do ideário neoliberal que prega a diminuição do Estado frente à elaboração das políticas educacionais estão presentes. É importante ressaltar que a diminuição do Estado sob a ótica do “gerencialismo” somente se dá em relação aos investimentos e à responsabilização deste pelas políticas sociais e, portanto, as educacionais.

No tocante à formação inicial dos professores para atuar na educação básica a distância no Tocantins, destaca-se neste período o programa de formação de professores em exercício, denominado de “Licenciaturas Parceladas ou Licenciaturas em Regime Especial”, (semipresencial) oferecidos nos períodos de férias e que se expandiram por todo Estado, a partir de 1998, por meio de parceria efetuada via convênio entre o Estado do Tocantins e a UNITINS.

O projeto tinha o objetivo de profissionalizar 1.360 professores sem habilitação que já atuavam na sala de aula da educação básica. Esse total correspondia apenas a 10% da demanda em todo Estado do Tocantins.

O projeto político pedagógico dos cursos implementados no estado estava em conformidade com o Art. 44 da LDB n. 9394/96, dirigindo-se predominantemente para os seguintes objetivos:

- criação de ações de formação que visam a dar resposta às necessidades concretas dos formandos e do estado;
- oferta de formação intrinsecamente ligada à realidade da atividade docente nas unidades escolares tocaninenses;
- promoção do aperfeiçoamento das competências profissionais dos professores da educação básica (UNITINS, 1998).

Essa modalidade de licenciatura contempla as emergências de qualidade e de atualização científica na abordagem dos conteúdos de ensino na atividade docente.

Na verdade, o governo em suas diretrizes de Políticas Públicas educacionais seguiu o ideário neoliberal ao implantar no estado políticas de formação continuada de professores, reestruturação da rede física das unidades escolares e conteúdos curriculares com ênfase na formação da mão de obra para o mercado de trabalho ao invés de formação inicial para os professores da educação básica.

Esta situação no Estado do Tocantins pode ser observada nas Políticas Públicas de formação implementadas pelas IES do estado em 2006, das 18.730 vagas, destas só 14.485 (77%) pertenciam aos cursos de bacharelado e apenas 4.245 (23%) à formação inicial de professores. De acordo com o Conselho Estadual de Educação do Tocantins (2006) essa tendência insere-se numa reflexão mais ampla sobre o papel do Estado de concepção neoliberal na gestão das Políticas Públicas de formação de professores para educação básica, na ampliação da participação das IES, incorporando-as na universalização da educação superior de qualidade no Estado.

Mas, conforme o “Plano Estadual de Educação”, a secretaria de educação tem alertado as IES, integrantes do sistema estadual de educação, quanto à implementação de políticas nas instituições de ensino superior, sobretudo as que oferecem licenciaturas para a formação de professores da educação básica, para a necessidade de uma formação adequada para atuar também no ensino especial, na educação de jovens e adultos, na educação a distância e na formação continuada (TOCANTINS, 2006-2015).

No entanto a história tem mostrado, ao longo dos anos, que no Estado do Tocantins ainda existe um grande contingente de professores sem habilitação e que são contratados para trabalhar na rede pública de ensino. Leal (2005), ressalta

a permanência desses profissionais no sistema de ensino está vinculada aos mecanismos que regem a política estatal, ou seja, os investimentos em educação assumem feição política, e as políticas públicas educacionais tendem a vincular-se a interesses específicos, no caso da agência gestora, já que a contratação de professores é uma prova de prestígio político, além dos benefícios proporcionados pelo clientelismo político dentro das escolas.

Considerações Finais

Em síntese, nessas considerações, pensamos que as Políticas Públicas de formação dos professores no contexto da reforma do estado ainda passam por diversas transformações trazidas pelo legado do neoliberalismo que permeia o cotidiano presente das escolas. Para enfrentamento dessa realidade é preciso conhecer os meandros políticos econômicos sociais que colocam em xeque o papel do estado na elaboração das Políticas Públicas de formação de professores, de modo que estas não alcancem o que deveria ser o objetivo maior, ou seja, possibilitar um ensino público de qualidade para todos os segmentos sociais.

Sabemos que neoliberalismo tem um discurso que capitaliza a educação como instrumento de desempenho para o mercado de trabalho, qualificando para a ação individual competitiva, por isso pensamos ser importante que o Estado cumpra seu papel de regulador fazendo prevalecer nas Políticas Públicas educacionais os interesses da sociedade.

Dessa forma, concordamos com Paula (2016, p.135) quando assevera que “na ótica neoliberal, o êxito do sistema educacional e a qualidade total da educação só serão alcançadas se o Estado não mais intervir ou intervir o mínimo possível.”

Referências

AZEVEDO, Janete M. Lins de. **A educação como políticas públicas**. Campinas: Autores Associados, 2004.

BARRETO, Raquel Goulart. Tecnologias na formação de professores: o discurso do MEC. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 271-286, jul./dez. 2003.

COSTA, Lúcia Cortes da. O governo FHC e a reforma do Estado Brasileiro. **Pesquisa & Debate**, São Paulo, v. 11, n. 1 (17), 49-79, 2000.

DRAIBE, Sônia M. ; PEREZ, José Roberto Rus. **O programa TV Escola: desafios à introdução de novas tecnologias**. Cad. Pesqui. no.106 São Paulo mar. 1999.

GENTILI, Pablo A. A. O discurso da “qualidade” como nova retórica conservadora no campo educacional. In: _____; SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Neoliberalismo, qualidade total e educação**. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 113-202.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HEIDMANN, Francisco G. Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento. In: _____; SALM, José Francisco (Org.). **Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e moldes de análise**. Brasília, UnB, 2010. p. 23-39.

HÖFLING, Eloisa de Mattos G. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 21, n. 55, nov. 2001.

IANNI, Octavio. **Globalização e neoliberalismo**. São Paulo: Em Perspectiva, 1998.

LIMA, Paula, Mauro de, **Estado, globalização e políticas públicas de educação: um estudo das políticas educacionais de São Paulo a partir da década de 1990**. Laplage em Revista (Sorocaba), vol.2, n.1, jan.- abr. 2016, p. 127-137.

MALANCHEN, Julia; VIEIRA, Suzane da Rocha. **A política brasileira de formação de professores: repercussões sobre o trabalho docente**. In: SEMINÁRIO DA REDESTRADO: REGULAÇÃO EDUCACIONAL E TRABALHO DOCENTE, 6., 2006, Rio de Janeiro. Anais eletrônicos, Rio de Janeiro: UERJ, 2006. Disponível em: <http://www.fae.ufmg.br/estrado/cd_viseminario/trabalho_eixo_tematico.htm>. Acesso em: 30 out. 2012.

NASCIMENTO, Jean Lopes Ordéas e Albuquerque Francisco Carlos Araújo. **A REFORMA DO ESTADO E NOVOS MECANISMOS DE GESTÃO EDUCACIONAL**. Campina Grande, REALIZE Editora, 2012.

NOGUEIRA, Danielle Xabregas Pamplona. **Programa TV Escola: um olhar crítico sobre suas múltiplas relações**. 2012. 245 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

PIMENTEL, Nara. Educação superior a distância nas universidades públicas no Brasil: reflexões e práticas. In: MILL, Daniel; PIMENTEL, Nara (Org.). **Educação a distância desafios contemporâneos**. São Carlos: EduFScar, 2010. p. 267-286.

PRETTO, Nelson De Luca; LAPA, Andrea. **Educação a distância e precarização do trabalho docente**. Em Aberto, Brasília, v. 23, n. 84, p. 79-97, nov. 2010.

SILVA JR., João dos Reis. **Mudanças estruturais no capitalismo e a política educacional do governo FHC: o caso do ensino médio**. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 23, n. 80, p. 201-233, set. 2002

SOUSA, Dustan Lucas de; SILVA JÚNIOR, João dos Reis; FLORESTA, Maria das Graças. (Org.). **Educação a distância: diferentes abordagens críticas**. São Paulo: Xamã, 2010.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. AATR-BA, p. 1- 11, 2002.

TOCANTINS. Plano de estadual de educação (2006- 2015).

TOCANTINS. Conselho Estadual de Educação (2006).

TOCANTINS. Projeto político pedagógico dos cursos de licenciatura em regime especial (1998).

VIEIRA, Fábila Magali Santos. **A formação inicial de professores on-line: possibilidade, contradições e desafios: 2000-2005.** 2009. 476 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

Recebido em 4 de março de 2018.

Aceito em 28 de maio de 2018.